ANO II — Lisboa—Terça-feira, 5 de Março de 1918 — N.º 312

A Monarquia

Diario Integralista da Tarde

ENDEREÇO TELEGRAFICO: — «MONARQUIA»—LISBOA

Director
Conde de Monsaraz

Redactor principal
Antonio Sardinha

Propriedade da Sociedade Integralista Editora, Limitada

Escritorios e tipografia
R. de S. Paulo, 20

Impressão — Rua da Atalaia, 134

Editor — João H. Santos

Telefone: C. 1635

Biblioteca de Lisboa
...ras devem ser...

Ditos presidenciaes

Desde o dia em que o sr. dr. Sidonio Pais desceu do Parque Eduardo VII para o Terreiro do Paço e deliberou *falar* repetidas vezes ao país, fazendo previamente tapar as bocas dos canhões, que nós temos anotado pacientemente algumas afirmações, algumas simples exclamações do sr. Presidente da Republica e que, a nosso vêr, analizadas rigorosamente, estão longe da fortificar os créditos intelectuais que lhe teem servido de aureóla resplandecente.

Em boa verdade, nós temos que fiarnos na sinceridade e nas boas intenções republicanas do sr. dr. Sidonio Pais, mas isso não impede, antes obriga, a que façamos o nosso juizo sobre a mentalidade de S. Ex.ª, como homem do nosso seculo e do nosso país que, pelo valor militar e decisão serena soube alçapremar-se á posição que ocupa, e em que não sabemos se poderá manter-se apezar do apoio que *agora* recebe da mal apelidada *massa conservadora* da Nação.

Excepcionalmente graves, algumas palavras que até hoje tem pronunciado o sr. Presidente, outras, verdadeiras infantilidades ou puras abstracções, vieram confirmar-me na ideia de que o sr. dr. Sidonio Pais deve deixar-se de imitar estadistas discursivos (modernamente muito apreciados lá fora), para ser *apenas o homem de acção* cumpridor do programa que traduz o estado de espirito dos revolucionarios de *Oito de Dezembro*. Foi e a volta desse programa—*morte do democratismo, restabelecimento das liberdades publicas e moralidade na administração*—que se congregaram todos os *homens bons* de Portugal neste Ano IV da Guerra, tão cheio de solêne gravidade e de responsabilidades que, qualquer alteração da ordem, mesmo para restabelece-la definitivamente com o unico regimen a cuja sombra ela pode viver, virla, possivelmente, sombrear o futuro da nacionalidade. Assim o entendeu, previdentemente, o Rei de Portugal nas sábias instruções que houve por bem enviar aos monarquicos e que, integralmente cumpridas, tornaram possivel que da *republica velha*, em lugar de passar-se ao enterro da Republica (com R grande... e tudo), se deslizasse para esta *republica nova*, em que não é difícil reconhecer a outra, apezar dos cremes e do carmim marca-Sidonio Pais, que tambem a não impedirão de morrer de sincope cardiaca quando estralejarem os foguetes da Paz.

Colocados os monarquicos na situação paradoxal de não lhes convir, por não convir á Nação, a Restauração da Monarquia em tão estranha conjuntura, e tendo por isso atraz de si todos os portuguêses, o sr. dr. Sidonio Paes, devia entregar-se exclusivamente á solução imediata dos problemas nacionais que demandam competencia e firmeza, guardando-nos as suas habilidades politicas e as suas filias oratorias para mais tarde, quando, tendo terminado a sua obra de reparação, de saneamento e de reconstrução, e tendo cessado as causas que por agora nos obrigaram a depôr as armas, os monarquicos se levantassem do Minho ao Algarve para responsabilizar a republica pelos crimes cometidos, restituindo a Patria ao encadeamento lógico duma Tradição desgraçadamente interrompida.

Bem consideradas as cousas, os unicos elementos que o sr. Presidente Sidonio Paes deve temer que contra ele se voltem, são os monarquicos; e digo isto porque, havendo, neste país em que todos são politicos, um numero infimo de indiferentes, e estando os republicanos **todos** unidos no combate á situação actual, não consta que o sr. Presidente da Republica se tivesse sentido ainda desapoiado pela Nação: é que a Nação é indiscutivelmente monarquica.

Portanto, mal vai a *republica nova* se o sr. Sidonio Paes persiste em desvirtuar o sentido da orientação da politica conservadora, como o fez ha tempos quando, por entre os entusiasmos absorventes dum jantar, exprimiu a sua opinião acêrca da imprensa da *extrema direita*, com aquela frieza rigida de quem trabalha com sinais algébricos. Que essa imprensa sustenta que a *republica nova* está condenada a cair, mais cedo ou mais tarde, na *republica velha* e duvide muito acertadamente, guiada pela Historia e pelo raciocinio, da eficacia dos teorismos quase arquitectonicos da sciencia politica do sr. Sidonio Paes, nada ha de mais verdadeiro, como nada ha de mais justo. Agora o que é absolutamente injusto e falso é a conclusão que o sr. Presidente pretende tirar deste facto, ligando sob a mesma acusação de quererem impedir, embora por motivos diversos, a *sua* experiencia republicana, a imprensa monarquica e a imprensa democratica e afins.

Se os monarquicos garantem o seu valioso apoio á situação, prestando-se a servir a Patria dentro da republica, afastando, emquanto durarem as circunstancias actuais, toda a luta que possa acarretar desunião, embora com sacrificio do objectivo sagrado e nacional para que tendem — como admitir que eles queiram evitar que a experiencia Sidonio Paes se prolongue, por estarem convencidos de que republica não pode haver outra que não seja a dos democraticos?

Contrariamente, o interesse dos monarquicos é que esta situação, que garante as suas liberdades e respeita as suas opiniões, **não** sofra qualquer brusca alteração, não só para que o país seja com felicidade na guerra em que nos envolvemos, mas ainda para que a *experiencia* se faça com todas as modificações que aprouver á fertil inventiva republicana. A opinião, o desejo nitidamente expresso de todos os monarquicos é que a republica do sr. Sidonio Paes se estabilize, que venha o sufragio directo, o presidencialismo, o referendum e todos os outros remedios utópicos que os especialistas aconselhem, para que se prove mais uma vez que em qualquer das suas *nuances* é incuravel esta doença que ataca as nações atrazadas em civilização e que pode designar-se por *delirio jacobino*.

*

Elogiando o elixir presidencialista, disse o sr. dr. Sidonio Paes que contra o presidencialismo *nem os monarquicos teem argumentos*.

O sr. Presidente tem mostrado em alguns dos *seus actos* qualidades invulgares; é de lastimar que as *suas palavras* o reduzam á oca vulgaridade de qualquer orador oficial do regimen.

O sr. Presidente da Republica, se não quizer perder o credito intelectual de que geralmente goza, tem de reconhecer que o presidencialismo não representa mais do que uma solução momentanea, que um singular acaso torna possivel e necessaria, mas que nada representa na vida secular duma nacionalidade que só na tradição pode encontrar o esteio vivificador.

Se os monarquicos desejam e apoiam a experiencia presidencialista é pelas razões acima expostas, e não porque lhes faltem argumentos contra essa modalidade do regimen republicano.

Então a *continuidade* do poder real, a *hereditariedade* e a *preparação especial* que concorrem na pessôa do Rei, a *independencia* relativamente aos influentes e aos agrupamentos politicos, a *legitimidade* da função monarquica, a *identificação* do interesse dinastico com o interesse nacional, o *prestigio* internacional e militar, não são argumentos positivos e de força a destruir caprichos presidencialistas, isolados no tempo, dependentes de tudo e de todos, e sem interesses legitimos que os liguem á terra e á sociedade?

Esta asserção do sr. dr. Sidonio Pais, seria banal num republicano e indigna de resposta, se podessemos suspeitar da boa-fé de quem a proferiu. Deste modo, porém, temos que lançar o mau sucesso á conta de leviandade do sr. Presidente da Republica.

Arquivemos mais esta frase infeliz, em tudo digna de emparelhar com aquele—*Ingressando na republica, é claro*, com que o sr. Sidonio Pais quiz definir a maneira por que os monarquicos podiam ajudar a sua obra!

Admiramos no triunfador de *Oito de Dezembro* a coragem, a decisão, a serenidade, a actividade que tem evidenciado, mas descremos profundamente do seu poder de frasear, seja porque a palavra o atraiçoe, ou pela pouca justeza dos conceitos, desde que lhe ouvimos, quando do seu regresso do norte do país, exclamar, romanticamente, debruçado duma janela do *Avenida Palace*, indicando com gesto largo a multidão que o aclamava: *—Isto é que é democracia!*

Democracia, ficámos sabendo, é uma multidão desoprimida festejando o libertador! E, no entanto, raras eram as vozes que ecoavam secundando o sr. Presidente no seu entusiasmo pela *republica nova!*

Por tudo isto, parece-nos que é tempo de lembrarmos ao sr. Sidonio Pais que, em proveito da Nação e em proveito dos seus proprios creditos de homem de talento, apenas exigimos dele trez cousas:—Obras, obras e obras.

Oradores, tambem os tinha o partido democratico, falsificadores e ignorantissimos é verdade, mas com floridas imagens de selecta, muito mimosas...

Do sr. Ministro da Guerra, que tanto a proposito soube mandar *tocar a reünir* na Rotunda, esperamos o bom-senso de reconhecer que já vão sendo horas de *tocar a silencio!*

G. de Ayala Monteiro

Portugal na guerra

O ataque alemão á nossa frente — As senhoras da Cruz Vermelha

PARIS, 4 — O jornal *Vie Parisienne* publica um artigo elogiando a coragem das senhoras da Cruz Vermelha, no *front*, e *L'Intransigeant* louva o heroismo dos soldados portuguezes por ocasião do ultimo ataque alemão, que foi o mais violento desse dia.—*Fast.*

A crise ministerial

Por os ministros unionistas não estarem de acôrdo com o sr. dr. Sidonio Pais sôbre o sufragio universal para a eleição de presidente, segundo se dizia, está aberta a crise ministerial, tendo os ministros unionistas abandonado o governo, o que segundo se disse tambem, já de ha muito o deviam ter feito.

A Maçonaria e o governo

De *A Ordem* recortamos esta noticia que põe em fóco os processos maçonicos, que são como se sabe, os processos democraticos:

Na grande Dieta maçonica, que se realisou em Lisboa nos ultimos dias de fevereiro, ficou assente guerrear o sr. dr. Sidonio Paes, usando principalmente das seguintes armas:

1.º espalhar que o governo vai restaurar as ordens religiosas.

2.º fomentar e excitar greves.

Estas resoluções foram comunicadas, para os devidos efeitos, ao ir... Moura Pinto (maçon a coberto).

E o governo que faz? Terá ele forças para se manter no poder e de esmagar esse centro de desordens?

Vida politica

Começa a dissidencia no partido unionista

Tocou agora a vez ao sr. Brito Camacho, doutor neurastenico e director atrabiliario dum partido que, se não fossem tres ou quatro pessoas, seria uma figura de retorica de que se apoderaria mais ou menos tarde o neto do arcade. As dissidencias partidarias na politica republicana começaram com os evolucionistas nas reuniões dos Poiais de S. Bento e Santo André, e continuam ainda, estendendo-se agora, pela primeira vez, ao minusculo partido dos intelectuais do Calhariz.

Este facto tem mais importancia do que muita gente julga. As dissidencias que se estão dando são o começo da revolta daqueles que um dia, inconsciente ou ingenuamente deram o seu apoio a magnates politicos, que mais tarde, dispuzeram dos seus partidos, como degraus para os seus interesses e ambições. Foi invocando um falso principio de nacionalidade e patriotismo que se formou um partido republicano e mais tarde não por heroismo, mas por uma habilidade se implantou a republica. Mas a republica é a democracia, e a democracia é a ambição e a incompetencia. E logo com a republica apareceram Afonso Costa, Antonio José e Brito Camacho que, dizendo-se salvadores da patria a iam perdendo com intrigas o actos condenaveis.

Em nome da patria Afonso Costa, Antonio José e Brito Camacho serviram os seus interesses e dispuzeram dos seus correligionarios como simples manequins sem consciencia e sem força de vontade.

Mas sete anos de republica, para alguma cousa serviram:—para condenar a democracia e para condenar os magnates e os aventureiros politicos. O gesto dos dissidentes do evolucionismo e do unionismo é um gesto nobre. E' um gesto de revolta contra os seus dirigentes, e um gesto de consciencia que se liberta e se não vende.

E esse gesto seria muito mais nobre se os dissidentes se conservassem neutros e não fossem mais tarde filiar-se num outro partido, onde seriam mais uma vez a escada de interesses alheios e as maquinas de ambições e egoismos de chefes politicos.

Integralismo Lusitano

Realizando-se no dia 9 do corrente o jantar comemorativo do primeiro aniversario da «Monarquia», prevenimos os nossos amigos de que a inscrição se acha aberta todos os dias no escritorio do Hotel Central, em Lisboa, devendo enviar a sua adesão aqueles que não puderem assistir

De regresso

Damos hoje, como tinhamos prometido um excerto da conferencia, realisada ha pouco, do nosso querido amigo sr. Hemeterio Arantes:

Não sei quem foi que enunciou ser a vida politica, moral, social portuguesa, de ha muitas dezenas de anos para cá, uma traducão má, em calão, do modelo francês.

Isto é verdade se nos recordarmos a vida portuguesa de toda a epoca liberalista; antes disso, a vitalidade francesa era-nos quasi que exclusivamente transmitida pelos Francois, pelos Baron, pelos Godefroy, isto é, pelos cabeleireiros que, sendo indiscutivelmente pessoas que nos tratam dos topetes pelo lado de fóra, não conseguem abrir-nos a risca no interior e comesticar-nos o encefalo com doutrinas de varia procedencia. Sim; temos de deixar o Houbigant e o Coty no seu verdadeiro plano de periferia.

De modo que, neste pendor natural para a generalisação, eu tenho ouvido que o movimento monarquico-tradicionalista, mais conhecido por o Integralismo-Lusitano, é tambem uma traducão mais ou menos da obra do sr. Carlos Maurras e de toda essa assombrosa pleiade que pretende restaurar *une plus profonde France*.

E a mim vêr, nada menos verdadeiro.

Não trago procuração dos meus amigos integralistas para falar em seu nome, tanto mais que, naquele campo, as competencias, os entusiasmos, as audacias disputam-se primasias (e a mim falecem-me todas essas qualidades) ali, vive-se num permanente *alerta* de mocidade (e eu sou um velho) num communicativo *sursum* de renovação social duma patria que progride para que se conserve, que regresse para progredir.

A formula integralista franceza, devida a esse illustre homem e devotado patriota que se chamou Conde de Paris, herdeiro, n'um tempo, da ideia revolucionaria que lhe vinha do avô — *o rei dos franceses* — e da ideia tradicionalista que herdara de Chambord — *o Rei de França* — essa formula «Commum livre ao estado livre» não precisa que os integralistas portuguêses a traduzam para uso da patria portuguesa, porquanto ela me parece, antes, traducão fiel do velho moto das nossas antigas côrtes: *Nos ilhet estimus et rex noster liber esto*.

Mas, reverendo, em todo o politica liberalista, o modelo francez tem sido e continua a ser, como de justiça, traduzido, tanto quanto possivel, á letra. Por isso, todos nós, quando queremos estudar um fenomeno moral, politico, social, artistico, recorremos a es-e poço sem fundo que é a literatura, a historia, o jornal, a moda parisiense e raro será que não encontremos a celula-mãe originaria das cousas bôas e das cousas pessimas (e, meu Deus, mais da segunda que da primeira especie) que entre nós se succedem.

. . . . . .

Hemeterio Arantes

Lêr ámanhã:

Descentralisação artistica

editorial de Hipolito Raposo

NO BRAZIL

Rodrigues Alves, eleito presidente

Com grande entusiasmo no decorrer do sufragio, foi eleito pela segunda vez presidente da Republica do Brazil o Conselheiro Rodrigues Alves.

Filho de paes portuguêses, de Arcos de Val-de-Vez, Rodrigues Alves é hoje um dos homens publicos a quem o Brazil mais deve.

Sucedendo a Campos Salles a 15 de novembro de 1902, trabalhou durante 4 anos pelo engrandecimento do seu país, auxiliado pela colaboração valiosa do barão de Rio Branco na pasta dos negocios estrangeiros.

Foi durante o seu governo que se concluiu o tratado de Petropolis, que entregava ao Brazil os imensos territorios do Acre; que se iniciaram as obras de saneamento da cidade do Rio de Janeiro, antigo foco epidemico de febre amarela; e tambem a reconstrucção da nova cidade.

Deixando a presidencia do Estado de S. Paulo em 1915, foi eleito senador pelo mesmo Estado em 1917, e agora eleito, sem oposição, presidente da republica para o quadrienio de 1918-1922, tendo para vice-presidente o dr. Delfim Moreira ex-presidente do Estado de Minas Gerais.

Liga Naval Portuguêsa

Sabado 9 do corrente ás 9 1/2 da noite realisa-se a terceira conferencia da serie colonial pelo distinto professor José Francisco da Silva.

A marcação de logares faz-se todos os dias do meio dia ás 4 na Secretaria da Liga Naval.

A «ORDEM»

Por lapso involuntario não dissemos outro dia que, com a devida venia, recortavamos para o nosso jornal a local saida com o titulo *«A ruina dos viticultores»*. Fazemo-lo hoje, ainda que tardiamente e apresentando as nossas desculpas áquele nosso prezado colega.

A capela de Santo Antonio

Damos a seguir a carta que ha dias recebemos do illustre escritor senhor Severo Portela:

Meu caro Lino Neto:

Porque a sua voz austera de edil ali alevantando-se nos paços do concelho me hula feito evocar aquelas do mesmo timbre que outr'ora redobraram na conjunção dos tres estados, eu nelvo pedir-lhe que sem tardança ela nos reponha de um agravo sobre todos pesando, mas não demora para quasi dois lustres. Repostome á nescia sem razão de sucessivas verenções conservarem trancada a capela que no Largo da Sé perpetua o culto eclatico do extremoso portuguez que é Sant'Antonio de Lisboa anunciação radiosa do genio da raça, venerado em todo o orbe que de civilisado prudentemente se orgulhe.

Quero mui de meu criterio supor que mais da crassidade que as duas deturpadoras sectaristas foi soprada a ventaneira que apagou as lampadas da capela votiva, assolou de poeira o sopedaneo dos altares, correu os ferrolhos das portadas que toda a gente transpunha, em terras de Portugal cavilando com esquecimento nefando ao que deveria constituir memoria de cada hora. Junto mais do que de um vereador houve quem demovesse instancias que sentido de ser reaberta a capela de Sant'Antonio é nada, nada se conseguindo em lapsos de anos e alternativas de modo de pensar desses senhores, isso me condena a julgar que a indiferença por semelhante reparação coincide com o desconhecimento do valor moral da nobre figura tão da nossa patria...

Entre as crises dilaceradoras em que parece ha tempos a esta parte estorcer-se a nacionalidade avulta a de uma menos que vergonhil ignorancia, porquanto—porque não o confessalo—?— a meia centena de creaturas se circunscreverá, por agora, a balange que da vida e obra de Santo Antonio mais conheça que a tenue simplissima que o povo pelas ondes adelante lhe andou entretecendo. Todavia, nada mais alto que essa lanela da graça por onde Deus apenas aborerce o Reino de Portugal nos promete a fé e amor, a gloria e o martirio, o heroismo e a abnegação, primordio de uma grey que não tarda a assinalar-se valorosa, exegese de um caracter que não tarda em inculpir-se magnifico. Sant'Antonio de Lisboa precede toda a epopeia nacional que a Providencia impele da sua mão omipotente, e é bem á luz do sol doirado que envolve as almes religiosas dos portuguêses a todos os recantos onde o seu Verbo peregrino entoa proclamando que o seculo acaba de erguer-se um povo excepcional e para todo o sempre de imaculadas energias...

. . . . . .

Aonde, pois, meu caro Lino Neto, desagravar ante a consciencia cioista da nação a figura imponente de Sant'Antonio, restituindo ao culto a capela que se ergue no coração de Lisboa, numa das mais tipicas encostas. Parieisamente que, quem de direito, explique com carinho qual é a virtude dessa colina cristã projectando-se nas edades pela mais notavel das condições que ainda se comporiam em espirito lusitano. Ha mister que se diga não já ao povo ingenuo que o venerava sempre em altares que incessantemente se multiplicam pelo país, mas aos que jungidos ao desprestigio de uma cultura erronea ignoram o que é esse padrão extraordinario de Santo, de Evangelizador, de Teologo, de Português, suspendendo de assombro a Italia, galgando como onda de fé o solio papal, obrigando a voltar a face ao Poverello de Assiz, concitando uma das maiores bibliografias eruditas, perpetuando-se nas Academias, que especialisam rigores de hermeneutica.

. . . . . .

Meu caro Lino Neto: Que á sua palavra nobre de portuguez sincero se reabra sem mais delongas a capela erecta sobre o chão de um lagre em que viu a vida Sant'Antonio. Se acaso houvesse quem contra tal se insurgisse, responder-se-ia que, ha pouco, os padnanos, ao ver desabar o templo em que o consagram, reuniram á luz dos ciros suplicando-lhe os não desamparasse, A' gente de Padua quem determinára era a fé, e nós, a determinar-nos, temos além da fé—o patriotismo!

Lisboa, 22 de fevereiro de 1918.

Velho amigo e admirador
Severo Portela.

O sr. presidente e as fórmas de governo

No importantissimo discurso que pronunciou em Beja, o ilustre Presidente da Republica pretendeu, com uma revisão eliminatoria dos sistemas politicos experimentado em Portugal, justificar a oportunidade e a excelencia do regimen presidencialista que se propõe inaugurar. Ás palavras de S. Ex.ª foram estas, pouco mais ou menos, segundo o minucioso relato do *Diario Nacional*:

«...Outra questão que se debate ha muitos anos e que naquela tarde angustiosa se punha em equação no Parque Eduardo VII é a forma de equilibrar o sistema politico portuguez; a busca da forma desse equilibrio foi ha muito tempo começada mas até hoje não se chegou a completa solução embora para ela se tenha caminhado muito. *Oitenta anos de constitucionalismo provaram bem que essa forma de governo não pode ser a solução pensada. Ninguem no sec. XX podia ter a veleidade de proclamar a monarquia absoluta. E desde que falliu o constitucionalismo, resta a forma republicana.*

«Mas é mister saber o que o povo quer, e eu só terei o povo quizer que se faça. *Temos de saber se o país deve e quer mudar para a republica presidencialista, contra a qual nem os monarquicos podem apresentar argumentos.* O parlamento foi já experimentado com dissolução e sem dissolução. No constitucionalismo com dissolução, de que se abusou; na republica sem dissolução. Quer numa quer noutra, falia...»

Como se vê, na exposição do sr. Presidente aparecem mencionados três dos sistemas politicos que governaram (ou desgovernaram...) o nosso país; foram eles — a monarquia absoluta, a monarquia constitucional e a republica parlamentar; e o sr. dr. Sidonio Paes, cuidando ter memorado todas as formas de governo do Estado portuguez atravez da sua longa e gloriosa historia, e havendo constatado a sua falencia ou a sua inviabilidade, resignadamente nos aponta, para solução do nosso problema politico, o sistema da republica presidencialista adoptado por alguns paizes extrangeiros.

Faltou, porem, na exposição do sr. dr. Sidonio Paes uma referencia áquela forma de governo que mais profundamente e mais duradouramente viveu ligada á nossa existencia nacional. S. Ex.ª crê que a nação portuguêsa não conheceu senão a monarquia absoluta, a monarquia constitucional ou a republica parlamentar. Embora o sr. dr. Sidonio Paes desempenhe uma altissima função politica e seja naturalmente suposto de conhecer a historia do nosso direito publico, bem como a dos outros povos da mesma civilisação latina,—hemos de convir que o erro em que S. Ex.ª labora não tem a gravidade daquele em que vivia o Sousa Netto dos *Maias*, alto-funcionario da instrucção publica, o qual ignorava se «na Inglaterra tambem havia desta literatura amena, como entre nós, folhetinistas, poetas, etc.».

Não; o erro do sr. dr. Sidonio Paes é justificavel: todos nós vivemos nele desde os bancos da escola-primaria aos bancos da Universidade; todos nós ingenuamente confundimos a monarquia absoluta com a *monarquia representativa;* todos nós ignoramos que foi sob essa monarquia representativa que a nacionalidade portuguesa se formou e atingiu uma gloriosa prosperidade; todos nós desconhecemos que ela foi a admiravel síntese politica das instituições sociais que o genio português creou ou adoptou, e que a sobrevivencia pertinaz dessas instituições, a tradição inapagavel dessa monarquia, tem sido o segredo da nossa vitalidade através dos seculos de decadencia que vivemos desde a era de quinhentos até ao dia de hoje.

Uma cousa é monarquia absoluta, outra cousa é monarquia representativa. Na primeira, o poder do monarca é, por definição, absoluto; o monarca governa e administra; perante a sua vontade (tal qual como perante a Lei, nos regimens democraticos) todos os homens são iguais. Na segunda, o poder do monarca é limitado pela representação dos interesses que cada corporação, que cada classe, pretende realisar na ordem espiritual, na ordem economica e na ordem administrativa; o monarca governa porque é o orgão natural dessa função; mas não administra porque a função administrativa tem orgãos proprios e naturais que são os micro-organismos do municipio e da provincia; o poder do rei não absorve, portanto, todos os poderes e é licito afirmar-se que, de certo modo, a sua posição constitucional só é sobrepairante á dos outros orgãos da vida nacional em virtude dessas exigencias de diferenciação que caracterisam os organismos superiores.

Se esta distinção tão simples e tão nitida estivesse presente no lucido espirito do sr. Presidente da Republica, o seu discurso ter-se-ia modificado; S. Ex.ª diria, provavelmente, o seguinte: «Meus senhores! Desde ha muitos anos que se procura a forma de equilibrar o sistema politico português. Os homens da revolução liberal, Herculano, Garrett e outros principaes, na sua reacção contra a monarquia absoluta, falaram em voltar á monarquia representativa; mas, em vez de a moldarem sobre as nossas instituições tradicionaes, foram buscar á Inglaterra o exotismo parlamentar, e assim compuzeram um *recipe* abstruso que envenenou o país durante oitenta anos de constitucionalismo. Por sua parte, os precursores da Republica, a geração intelectual que precedeu a geração dos politicos actuaes, tentaram introduzir no programa da sua reforma constitucional esses principios de um velho direito publico que o absolutismo e o liberalismo tinham desprezado; mas ou nada se fez do que eles queriam, ou o pouco que se fez falliu n'uma farça tragica da *velha* republica parlamentar. Perante a falencia de taes tentativa, e como ninguem pensa em voltar ao regimen absolutista, vemo-nos, meus senhores, em face de duas unicas soluções:—ou restaurarmos a Monarquia representativa que fundou a Nacionalidade e de que, como escreveu Basilio Telles, em má hora nos afastámos, ou adotarmos o regimen presidencialista praticado em algumas republicas americanas...»

Desta maneira, as palavras do sr. dr. Sidonio Paes deixariam a questão politica plenamente esclarecida. Está claro que entre as duas soluções apontadas, S. Ex.ª escolheria a segunda... Não lhe seria necessario, para fundamentar a sua escolha, discutir os inconvenientes da Monarquia representativa, nem afirmar, como afirmou, *que os proprios monarquicos não podem apresentar argumentos contra o regimen presidencialista.* Aqui estou eu, por exemplo, que, sendo monarquico, facilmente demonstrarei a inviabilidade de tal regimen, *desde que o consideremos fóra dos circunstancias excepcionalissimas em que ele transitoriamente poderá vigorar sob a chefia dum homem que se chama hoje Sidonio Paes*, mas que, noutra qualquer ocasião, se chamará Bernardino Machado, Antonio Zé de Almeida ou mesmo «Petiz das gravatas»...

Mas antes de abordar esse assunto excelente, parece-me oportuno perguntar a mim proprio: «Se o sr. Presidente da Republica conhecesse a existencia da Monarquia representativa, e se a essa forma de governo se referisse no seu discurso de Beja, com que argumentos ou de que maneira a eliminaria S. Ex.ª do quadro das soluções politicas possiveis?»

Creio que duma maneira simples. Para condenar o constitucionalismo e a republica *velha*, o sr. dr. Sidonio Pais não abusou dos argumentos: limitou-se a impor á cabeça dos seus ouvintes um pequeno movimento de rotação sobre um passado bem recente. Quanto á monarquia absoluta, tambem não foi com argumentos de sciencia politica que S. Ex.ª a fulminou: achou bastante afirmar *que ninguem, no sec. XX, pensaria em regressar a essa forma de governo*... Quer dizer: o sr. dr. Sidonio Pais analisa as formas de governo, aquelas sobre cujo exercicio passou o pó dos seculos, debaixo dum ponto de vista... cronologico.

E dest'arte, se sob esse ponto de vista a monarquia absoluta é um sistema condenado, com muito maior razão deveremos considerar inviavel a monarquia representativa de que falei, por isso que ela foi, no tempo, muito anterior áquela: esim!, diria o ilustre Presidente da Republica, quem é que, *no sec. XX*, pensaria em adotar um regimen politico que data de Afonso Henriques e da edade-media?!...»

Este ponto de vista *cronologico* já mereceu ao Senhor De Bonnald algumas boas frases que ofereço, por motivos varios, á inteligente apreciação do sr. dr. Sidonio Pais: «—*Il faut marcher avec son siécle, disent ceux qui prennent pour un siécle les courts moments où ils ont vécu... Ce n'est pas avec un siécle, c'est avec tous les siécles qu'il faut marcher et c'est aux hommes, quelquefois à un homme seul, qu'il appartient de ramener le siécle à ces fois eternelles qui ont précédé les hommes et les siécles, et que les bons esprits de tout les temps ont reconnues*».

Mas deixemos o senhor de Bonnald no socego do seu tumulo...

No que todos nós devemos assentar duma vez para sempre, á face da historia e á face do bom senso, é que as formas de governo não caducam com o tempo á maneira da forma dum chapeu ou dum corte de vestido; simplesmente acontece que a sua eficiencia é condicionada pela capacidade que elas tenham de adatar-se á epoca do seu exercicio, alterando-se por vezes, mais ou menos, na sua fisionomia exterior mas nunca na sua essencia. Republicas aristocraticas e republicas democraticas, monarquias absolutas e monarquias representativas—, todas elas contam a mesma edade que o proprio mundo, sendo facil provar que a forma democratica de governo antecedeu cronologicamente a forma monarquica...

O factor tempo apenas faz que a democracia da hirda primitiva se não confunda completamente com a democracia dos partidos modernos; que a republica dos tiranos atenienses ou o imperio dos generais da decadencia romana se não assemelhe perfeitamente ao presidencialismo do sr. José Barbosa...; que a magestade de Augusto seja algum tanto diversa da magestade do marquês de Pombal e que a monarquia de Tarquinio não possa ser plagiada no reinado do Senhor Dom Manoel II...

... Nesta ordem de ideias, desde que a superioridade duma forma de governo deve ser definida, *simultaneamente*, pela sua comprovada eficencia e pela capacidade que tenha de se adoptar á epoca do seu exercicio,—razão teve o sr. dr. Sidonio Paes para afirmar que ninguem, no sec. XX, pensaria em regressar á monarquia absoluta. Porquê? pelo facto de o absolutismo nos ter governado no tempo do Senhor Dom João V?—Não. Pela razão unica e bastante de que a monarquia absoluta seria incapaz de se adaptar ás exigencias do sec. XX, visto que nada ha de mais incompativel com a *multiplicidade* desta epoca do que a *unidade* rigida desse sistema!

Mas poderá dizer-se o mesmo da monarquia representativa? A sua eficiencia ficou comprovada nas mais belas e gloriosas paginas da historia nacional; resta, porém, saber se ela consegue corresponder ás aspirações da epoca presente.

Não serei eu, testemunha suspeita,